

## CONCLUSÃO

Em fevereiro de 2011, enquanto ocupava a presidência do Conselho de Segurança das Nações Unidas, a delegação brasileira estabeleceu como um dos pontos principais para debate naquele fórum a interdependência entre paz, segurança e desenvolvimento. A preocupação, não apenas da delegação brasileira, como também a de demais representantes naquele Conselho, estaria relacionada com a possibilidade de que situações de subdesenvolvimento e de extrema pobreza contribuíssem para a eclosão, dilatação ou reincidência da violência e do conflito (ONU, S/2011/50, 2011, p.2).

“Far too often history has shown that purely military engagement in conflict situations — particularly in intra-State conflicts with international implications — is unlikely to bring about a quality of peace that can be sustained in the medium and long term. If the Security Council is to be effective, sustainable peace must be achieved. The United Nations experience in conflict situations has demonstrated that sustainable peace requires a comprehensive approach to security — which involves consideration of the root causes of violence, as well as of the social and economic situation on the ground. What remains subject to discussion among Security Council members is how much of this consideration lies within the purview of the Council and how far peacekeeping operations should be involved in such efforts.” (Ibid, p.1)

No caso brasileiro, acredito ser possível entender esse discurso como um esforço no sentido de garantir maior inserção nos debates de segurança e, conseqüentemente, aumentar o protagonismo do país no cenário internacional<sup>1</sup>, ainda que esse não seja o discurso oficial das autoridades brasileiras.

O que se percebe, no entanto, é que os atores burocráticos brasileiros que fazem parte das escolhas de política externa passam a

---

<sup>1</sup> Lembrar que um dos principais esforços da política externa brasileira nesse início de Século, diz respeito à busca por um assento de segurança do Conselho de Segurança da ONU, o que daria ao Brasil o status de “global player” nas questões de segurança. Esse foco pode ser entendido como uma retomada à proposta de Rui Barbosa em Haia, de aumentar a expressividade da política externa brasileira.

compreender de maneira mais determinante que apenas atos de fala de segurança não são suficientes para a solução de conflitos. Nesse sentido, uma visão mais ampla passa a ser necessária e, por isso incorporam atos de fala de desenvolvimento aos de segurança.

Os representantes da política externa brasileira tentam, dessa forma, transformar uma necessidade em virtude: já que o Brasil não possui capacidade material suficiente para se envolver em diversos teatros de guerra de forma concomitante<sup>2</sup>, nem vontade para se inserir como um grande “player” na “visão tradicional” dos temas de segurança, ele transforma essa desvantagem em um diferencial. Torna-se, assim, um ator internacional importante ao inserir a temática do desenvolvimento na de segurança:

“On the one hand, Brazilian troops are more likely to be accustomed from personal experience to both programme delivery in contexts of underdevelopment and internal missions such as crowd control and police action; on the other, Brazilian unilateral development projects call upon a vast accumulation of experience from the nation’s own poor rural areas, which often bear a striking similarity to, for example, the Haitian context. These projects follow an implementation logic that is designed to maximize sustainability, minimize corruption and achieve greatest impact where the need is greatest. Frequently, they utilize technologies developed exclusively in a Brazilian context, such as seeds adapted to a certain soil type, or specific forms of agrarian education.” (KENKEL, 2010, p.656)

No que diz respeito à comparação com as estratégias tradicionalmente utilizadas pela comunidade internacional, tanto o discurso quanto a prática do governo brasileiro vêm-se mostrando mais brandos quando comparados àqueles das potências do Norte, que historicamente sinalizam para a aplicação do uso da força, em especial após os atentados de 11 de setembro, como pode ser visto nas recentes incursões dos militares dos EUA no Afeganistão e no Iraque. Isso pode ser visto no capítulo anterior, após análises de discursos não apenas de autoridades brasileiras, mas também de acadêmicos renomados. A posição brasileira é categórica ao afirmar que:

---

<sup>2</sup> Ressalta-se que além de não possuir essa capacidade material, esse aumento dos recursos militares não estaria de acordo com os interesses do País.

“Not all peoples suffering from poverty resort to violence, but social, political and economic exclusion can contribute to the eruption or protraction of or relapse into violence and conflict.” (Ibid, p.2).

A crítica aqui presente não diz respeito à existência das operações de *peacebuilding*, cujos princípios vão de encontro com aqueles que regem a política externa do Brasil. O que se pretende, corroborando aqui com as abordagens críticas apresentadas no capítulo anterior, é chamar atenção ao fato de que a implementação não tem sido exitosa na maior parte dos casos, ignorando, geralmente, traços locais como política, economia, cultura, etc.. Dessa forma, a própria credibilidade das Nações Unidas pode sofrer graves danos se mudanças não forem realizadas de forma a buscar soluções que sejam menos impositivas e que busquem uma paz duradoura.

Dessa forma, creio ser possível argumentar que a atual política externa brasileira para o tema vem sendo construída num esforço de apresentar uma contraproposta à “visão tradicional” de resolução de conflitos, que reconhece a possibilidade do uso da força com o objetivo de transmitir os valores liberais/democráticos aos locais em conflito e de impedir a ocorrência de conflitos<sup>3</sup>.

Um dos esforços positivos do País na busca pela solução de conflitos pela junção de segurança e desenvolvimento, conforme visto no capítulo 4, é a participação brasileira na Comissão de Consolidação da Paz:

“No exercício de sua vocação construtiva, a atuação do Brasil na Comissão para Consolidação da Paz perpassa concertação em geometrias superpostas, de maneira a promover o ideal da ação de cunho econômico-social no imediato pós-conflito e conter a cristalização do formato de diálogo exclusivamente doador-recipientário no órgão, além de evitar que a assistência ao desenvolvimento ganhe viés político (como a colaboração na guerra antiterrorismo ou os acordos bilaterais contra a integridade do TPI).” (NEVES, 2009, p.177)

---

<sup>3</sup> Faz-se aqui alusão aos estudos da paz liberal, que creem na premissa de que duas democracias não entram guerra entre si. Dessa forma, ao impor os valores liberais às regiões em conflito, os países que defendem a “visão tradicional” estariam garantindo um mundo mais seguro. Essa foi a base da política externa do mandato de George W. Bush, após os atentados de 11 de setembro.

O que ocorre nesse caso e em diversas outras iniciativas brasileiras demonstradas no capítulo 4 é a exportação de experiências de sucesso, desenvolvidas no âmbito nacional, seja por meio de cooperação técnica bilateral prestada, seja pela cooperação trilateral, em conjunto com diversos parceiros internacionais. O mais importante disso tudo é a perspectiva brasileira de resolução de conflitos por meio de estratégias que buscam melhorias nas condições socioeconômicas das regiões afetadas. Destacam-se, a título de exemplificação, os projetos que vem sendo desenvolvidos pela Embrapa na área de agricultura, a assessoria que o Ministério da Justiça vem prestando no monitoramento de eleições e também o trabalho desenvolvido por ONGs como a Viva Rio, no Haiti.

Como prova de que a “visão brasileira” de construção da paz vem ganhando destaque no cenário internacional tem-se que:

“(...) diversos países vem buscando, por meio de intercâmbios, absorver parcelas das experiências adquiridas pelo Brasil, que assim passa a funcional no campo das operações de paz como um verdadeiro exportador de conhecimento e de doutrina.” (BRAGA, 2010, p.15)

Ou seja, a “visão brasileira” de interdependência entre segurança e desenvolvimento vem sendo responsável por um aumento nas credenciais internacionais do país, podendo gerar, no longo prazo, um papel mais protagônico para o Brasil no cenário internacional como um todo (Ibid) Respeitando a opinião de críticos (KENKEL, 2010, p.657) que entendem a atuação do Brasil no Haiti como de sucesso devido ao contexto, que traz vantagens ao projeto brasileiro, acredito ser possível contra-argumentar com o fato de que a missão já se torna, por si própria, uma nova abordagem para o País na tentativa de resolução de conflitos. Aos poucos, o Brasil deve ir encaminhando de modo a fortalecer suas estruturas burocráticas, bem como sua política e, mais importante, ganhando o apoio da sociedade civil, de modo a transformar essa “visão” em um modelo. O engajamento precoce em missões mais duras poderia por em risco a “visão brasileira” para a construção da paz e mais ainda a possibilidade de surgimento, no longo prazo, de um modelo brasileiro.

Deve-se atentar ainda para o perigo de que o excesso de expectativa dessa “visão brasileira” pode causar. É importante que

continue havendo uma concertação de esforços entre as diversas instâncias da burocracia brasileira no sentido de permitir que os atos de fala sobre a interdependência entre segurança e desenvolvimento não se tornem apenas retórica.

“Brazil has developed its unique diplomacy that is adequate to the era of globalization, also having a development Project for the country. However, the unique diplomacy can raise a problem because huge expectations may be created upon it, and it will only provide the expected results along with economic development and changes in the international system.”  
(VISENTINI & SILVA, 2010, p.69)

Além disso, sabe-se que são grandes os desafios de se institucionalizar as práticas que vem sendo adotadas no Haiti, por exemplo. Ainda assim, é preciso que a “visão brasileira” ganhe “corpo” e se transforme em uma prática recorrente, tornando-se, por exemplo, um modelo específico da Política Externa brasileira, aplicado internacionalmente, de modo a permitir que efetivamente seja uma política alternativa às práticas tradicionais de construção da paz.